vozes do sul

revista publicada pelo Programa Mercosul Social e Solidário

Nesta edição

EQUIDAD DE GÉNERO Y DERECHOS DE LAS MUJERES

La tercera edición de Voces del Sur aborda las problemáticas y los desafíos de la igualdad de género y los derechos de las mujeres. Esta revista se publica desde el Programa Mercosur Social y Solidario (PMSS) con la intención de favorecer la circulación y el intercambio de ideas, experiencias y propuestas de organizaciones sociales de países del Cono Sur, para construir desde la perspectiva social y ciudadana otras visiones de la integración necesaria de nuestros pueblos, así como aportar debates con otras miradas, hacia otra integración posible que contraste con la integración impuesta. Porque no habrá integración exitosa si no se hace desde la gente, con la gente y para la gente.

El Programa Mercosur Social y Solidario es una plataforma de acción integrada por 18 organizaciones no gubernamentales y más de 300 organizaciones sociales de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay que, con el apoyo y la financiación del Comité Católico contra el Hambre y a favor del Desarrollo (CCFD) y la Unión Europea, buscan incorporar la dimensión social en el proceso de integración regional.

Programa Mercosul Social e Solidário

Unión Europea*

TERRE SOLIDAIRE CCFD

EDITORIAL

Derechos de las mujeres: las conquistas, los avances y los desafíos

Nos últimos cinqüenta anos, os movimentos feministas e de mulheres da região tem alcançado importantes mudanças legislativas nacionais e convênios internacionais que tem mostrado as violações a seus direitos humanos e as múltiples violências que sofrem. Também tem aumentado à participação de mulheres em cargos eleitos, e tem se instalado na maioria dos países o impostergável e necessário debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos, a educação sexual, a anticoncepção, o aborto e o reconhecimento das diversas orientações sexuais.

Entretanto, a pesar dessas importantes conquistas, é possível constatar na realidade um aumento dos índices de estupros, maltratos e abusos, as mulheres continuam recebendo salários menores que os homens pela mesma tarefa e se aprofunda a sobrecarga de trabalho já que continuam sendo as principais responsáveis da criação e educação dos filhos, e das tarefas da casa, suportando duplas e triplas jornadas de trabalho, ao que devemos somar o incremento das chefaturas femininas em lares com vários filhos/as a cargo.

Por outra parte, persiste um acesso desigual à educação sexual, a programas de procriação responsável e aumenta o numero de mulheres, pobres e cada vez mais jovens que morrem por abortos inseguros, ou sofrem as seqüelas das práticas clandestinas realizadas em condições deploráveis.

A maioria das leis que se aprovaram em cada país, tendentes a dar cumprimento com os compromissos assumidos pelos Estados em convênios internacionais sobre direitos das mulheres, que foram produto do esforço e das mobilizações de mulheres militantes, é esquecida pelos governos que não mostram a vontade política de cumprir esses compromissos nem invertem recursos para sua implantação.

As religiões, os distintos poderes, públicos e privados, os sectores conservadores continuam mantendo um sistema patriarcal que trava a autonomia, desconhece a liberdade de decidir, e resiste às mudanças que são propostas pelos movimentos de mulheres.

"Se as mulheres não estão presentes, a democracia não avança", é uma das consignas que o movimento feminista e de mulheres levanta com força na América Latina e nos países do Mercosul e, a verdade é que a participação delas em lugares de decisão tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, mas os limites da democracia liberal são ainda muito fortes no que diz respeito à equidade e igualdade entre homens e mulheres.

A democracia e a cidadania liberais não percebem as múltiples diferenças nem a necessária igualdade de oportunidades que reclamam as mulheres: por um lado, a invisibilidade do âmbito doméstico é a invisibilidade da mulher como sujeito, como fornecedora de serviços e como cidadã, e é, nesse âmbito, onde é produzida, em muitos casos, a violação de seus direitos humanos.

Por outro lado, a igualdade expressada em direitos e deveres, universais e abstratos, que se aplicam em forma igual e universal a todos os sujeitos, é profundamente seletiva e deixa as desigualdades intactas. As diferenças de gênero que estruturam as relações pessoais entre homens e mulheres, a divisão do trabalho e a distribuição de recursos e poder, formam parte da realidade da cidadania.

Sua universalidade, tal como é concebida pelo liberalismo, é traduzida pelo princípio "todos são iguais ante a lei", e faz referência a uma pessoa à que se priva de qualquer conotação particular de sexo, classe ou sector social, etnia, idade, orientação sexual ou capacidade. Esta é uma contradição que tem sido visualizada e duramente questionada pelas mulheres.

As lutas levadas adiante na região por melhores condições de vida e sistemas mais justos, tem tido sempre às mulheres como protagonistas. Sua presença, comprometida e ativa, é notável nas organizações sociais, comunitárias, nos sindicatos, nos partidos políticos, nos movimentos sociais, entretanto a incorporação de suas demandas específicas às outras reivindicações, meio-ambientais, de terra, água e moradia, étnicas, trabalhistas, sindicais e operárias, é um caminho cheio de travas para aquelas que alguma vez tentaram e continuam tentando. Existe uma dificuldade enorme em reconhecer que a luta pelo aprofundamento da democracia na região, e por uma integração mais justa, social, solidária e desde os povos, não são possíveis sem uma verdadeira transformação das condições que permitem a reprodução da subordinação das mulheres.

Isto não é um problema apenas das mulheres, mas sim do conjunto.

staff

Coordenação: Susana Aldana, Corina Leguizamón, Susana Moncalvillo.
Edição: LT de Comunicación - PMSS.
Colaboração: Francisca Acevedo, Lilian Celiberti, Olimpia Figueiredo, Mabel Gabarra, Jimena Silva, Clyde Soto, Sebastián Prevotel, Amuyen-Espacio de Organizaciones Sociales (Arg.)
Fotografias: Juan Britos - Plataforma Paraguay Sin Excusas, Archivo del PMSS (Diego Barranco), Ricardo Ruíz Díaz, Sub - Cooperativa de Fotógrafos (Argentina), Mesa Provincial de Tierras de Santiago del Estero.
Tradução: Graciela Murano.
Correção: Cynthia Zapattini, Corina Leguizamón.
Desenho gráfico: Sylvia Britez Garrido.
Contato: ltcmpy@mercosursocialsolidario.org.
www.mercosursocialsolidario.org

Abril / 2007

* "A presente publicaçaõ foi elaborada com a assistência da União Européia. O conteúdo da mesma é responsabilidade exclusiva do PMSS e em nenhum caso deve considerar-se que reflete os pontos de vista da União Européia"

Equidade de gênero e distribuição da riqueza*

* Texto publicado en la cartilla de la campaña impulsada por Amuyen-Espacios de Organizaciones Sociales (Argentina).

Para ver isto é preciso perguntar de que maneira estão articulados, relacionados e interrogados mutuamente este conjunto de temas que afetam a qualidade de vida e as diferentes possibilidades e oportunidades que uma sociedade oferece aos homens e mulheres para se desenvolverem com dignidade e autonomia.

Em segundo lugar, este conjunto de temas mostram que a importância da distribuição da riqueza vai acompanhada à necessidade de reconhecer os limites da proposta, distribuir a riqueza é necessário mas não é suficiente para garantir melhores condições de vida da população, especialmente se tomamos a perspectiva das mulheres e, mais ainda, das mulheres dos sectores populares.

Implica ver como a questão da distribuição em términos econômicos requer não só uma necessária contrapartida no político (distribuir o poder) mas sim também no simbólico. Neste sentido, é necessário falar não só das lutas e dos projetos de distribuição, como também dos conflitos, lutas e propostas pelo reconhecimento.

Finalmente, tentamos pensar não só a distribuição da riqueza, mas sim na geração de condições de apropriação, oportunidades de acesso e de aproveitamento desses bens distribuídos.

Neste sentido, é necessário assumir a equidade de gênero em umas propostas de distribuição da riqueza como desafio para Argentina e para as organizações sociais, permite enriquecer, tornar mais complexas e profundas as propostas frente às apostas por uma sociedade mais justa e uma ação transformadora, frente à dignidade de todas e todos.

Porque as mulheres não só querem, podem e devem decidir sobre seu corpo e, além disso, propõem as implicâncias que a equidade de gênero tem para:

- A igualdade das condições de trabalho.
- A paridade na toma de decisões.
- A equidade no acesso aos cargos políticos eleitorais.

Mais igualdade / mais oportunidades / mais direitos

Por todo isto é que gênero não é sinônimo de mulher. Refere-se melhor de uma mirada questionadora de todas as relações sociais a partir das assimetrias que se manifestam na relação de homens e mulheres em uma sociedade.

Neste sentido, é importante o conceito de articulação da perspectiva de gênero, que não implica agregar um componente feminino às atividades que já existem simplesmente "aumentando" a participação das mulheres, mas sim examinar os significados e o impacto que tem tanto para homens e mulheres qualquer tipo de ação pública planificada: legislação, políticas e programas.

Trata-se de revisar as representações de homens e mulheres, quantitativa e qualitativamente, que revelarão a existência de estruturas hierárquicas e a falta de cumprimento de compromissos assumidos.

Trata-se também de dispor de recursos para aprofundar os processos de igualdade de oportunidades.

Trata-se de analisar os valores dominantes de nossa cultura, papéis e estereótipos historicamente designados a homens e mulheres para transformar estruturas e práticas vigentes que são as que produzem discriminação e subordinação.

Trata-se de ler os conflitos e conceber as lutas para conquistar uma participação eqüitativa de todas e todos no âmbito público e a equidade no acesso a bens políticos, culturais, econômicos.

ATRAVESANDO FRONTERAS

Pese a que a mulher argentina e latino-americana conseguiu no século XX conquistas fundamentais - voto, acesso à educação e a universidade, ingresso ao mercado de trabalho, presença em cargos públicos - o século XXI se apresenta como um caminho cheio de desafios. Hoje, não só procurar sair do domínio doméstico, mas também superar a violência, o abuso sexual, a discriminação trabalhista e salarial, a pobreza. Procura também a maneira de conseguir igualdade no acesso a cargos públicos e de governo.

É neste sentido que não vai ser possível uma integração da região conformada por nossos países do MERCOSUL em tanto e em quanto um 50% da população esteja discriminada. A de gênero é uma problemática iniludível para qualquer proposta de cambio político-social. As mulheres latino-americanas sofrem um sistema de dupla opressão, devido à vigência de relações patriarcais e à própria opressão do sistema capitalista.

Para uma melhor integração devemos:

- Incorporar o enfoque de gênero nas agendas econômicas nacionais e no sector empresarial promovendo uma maior participação das mulheres nas áreas de decisão.
- Fortalecer o trabalho sindical nas políticas de igualdade de oportunidades, introduzindo a perspectiva de gênero nas negociações coletivas.
- Promover a igualdade de gênero no âmbito empresário, apoiar micro empreendimentos de mulheres, poderem contar com estatísticas confiáveis por sexo da mão de obra feminina.
- Estudar estratégias para incluir "a cláusula de gênero" em todas as instâncias do Mercosul e elaborar mecanismos de proteção de gênero nos futuros acordos que celebre o Mercosul.
- Articular as organizações. Neste sentido é que tem funcionado MARCO SUR onde coordenam ONG e redes regionais, umas com caráter de convocações e outras como aderentes. Trabalha por equipes temáticas e integra: o Comitê Internacional do Foro Social Mundial.
- Elaborar e aprofundar estratégias conjuntas de luta contra o comércio, tráfico e contrabando de mulheres e crianças a partir da viabilização da problemática no âmbito do MERCOSUL.
- Incorporar a perspectiva de gênero nos novos acordos fronteiriços sobre a integração do MERCOSUL.
- Gerar consciência sobre o impacto da integração regional no emprego das mulheres na área trabalhista.
- A eqüidade de gênero frente à distribuição da riqueza na Argentina é uma necessidade para a sociedade, uma exigência para o Estado, um horizonte para a integração regional, E UM DESAFÍO PARA AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.

DEMOCRACIA: *uma construção desde o feminismo*

● Por Clyde Soto
Psicóloga e investigadora social, Integrante do Centro de Documentação e Estudos (CDE), Paraguai

Mesmo que o feminismo tenha sido colocado muitas vezes entre os chamados novos movimentos sociais, pela sua contribuição renovadora das visões da sociedade e as relações humanas, trata-se em realidade de um dos movimentos coletivos de pensamento e ação mais antigos entre os que hoje existem. As feministas reconhecemos os inícios de nossa luta já lá pela Revolução Francesa, e mesmo estes mais de dois séculos de história têm estado cheios de altos e baixos, de pausas e retrocessos, uma olhada a longo prazo não pode menos que admitir as grandes transformações existentes no referente ao lugar que as mulheres ocupam na humanidade. É interessante notar que o momento inicial das democracias modernas é o mesmo que o do feminismo. As democracias nascem excluindo às mulheres do direito ao sufrágio e à representação política, e o feminismo surge contestando desde seus mesmos inícios essa forma de exclusão, cuja reversão é ainda um processo em curso.

A democracia é uma construção, é mais uma aspiração do que uma situação à qual chegamos de uma vez por todas e definitivamente. Na construção de democracia as propostas desde o feminismo tem sido claves, desde o já distante direito ao voto conquistado através da luta pelas sufragistas até o acesso igualitário aos espaços de representação, decisão e poder, que hoje em dia constitui uma das demandas centrais do feminismo internacional. E, além disso, tem sido colocados na agenda pública temas claves para a redistribuição do poder entre os sexos, como os referentes à educação, à família, à sexualidade, à reprodução, à violência, ao trabalho, aos recursos, entre muitos outros. A aposta do feminismo tem sido transformar as vidas cotidianas, as mentalidades, as sensibilidades e as instituições onde é produzida e reproduzida a discriminação contra as mulheres. Daí a relevância do olhar feminista nos estados, com o objetivo de radicalizar a democracia através da inclusão do excluído, da incorporação de temas antes não contemplados. Desde o feminismo, é colocado no centro da construção democrática a necessidade de redefinir os vínculos entre o público e o privado, desatando os impedimentos que historicamente tem existido para a cidadania plena das mulheres.

Os estados não só concentram o poder legítimo mas, além disso, têm a capacidade de instaurar novas realidades através das leis e das políticas públicas. As democracias são os contextos mais favoráveis para a luta pelos direitos das mulheres. Isso é possível de ser observado nos países do Cone Sul, onde o movimento de mulheres tem aproveitado ao máximo seus respectivos processos de democratização para produzir importantes mudanças que durante os regimes autoritários eram impensáveis. Os avanços compartidos se referem principalmente a um marco propício em matéria legal, tanto nas leis internas de cada país como em quanto à adoção de instrumentos internacionais de direitos humanos das mulheres, assim como ao estabelecimento de mecanismos institucionais que em cada país têm a tarefa de impulsionar a igualdade de gênero.

Construir uma democracia que não exclua às mulheres é uma tarefa que requer gerar instâncias e mecanismos para a ampliação da participação direta da cidadania em geral.

Não obstante, atualmente são visíveis e palpáveis os numerosos obstáculos para que nossas democracias limitadas incluam de maneira plena estas questões, mais ainda se consideramos os novos desafios e transformações próprios da era da globalização e nossos ainda incipientes processos de integração regional. Entre os nós mais difíceis de serem desatados podemos recordar os seguintes:

• A dificuldade de transcender desde o nível discursivo a uma plena incorporação transversal da igualdade de gênero como perspectiva que atravessa as políticas públicas. Muitas vezes estes temas são colocados nas agendas dos governos apenas como concessões frente às pressões de organismos internacionais, de agências de cooperação e de compromissos internacionais adquiridos pelos estados. É freqüente, além disso, que estes temas sejam os primeiros em sofrerem recortes ou em serem eliminados frente às cambiantes conjunturas políticas e econômicas, ou simplesmente terminam sendo despolitizados e sem grandes possibilidades de impacto.

• Os assuntos relativos à igualdade de gênero dos quais os estados tem passado a se encarregar no marco dos processos democráticos são aqueles menos conflituosos em términos de distribuição do poder entre mulheres e homens. Questões centrais, como as relativas ao trabalho doméstico ou aos direitos sexuais e reprodutivos, têm sido marginalizadas no que se refere à instalação de políticas públicas que enfrentem as discriminações e as limitações para o exercício de direitos por parte das mulheres.

• Nossos processos democráticos parecem conviver tranquilamente com o aumento de poder de setores conservadores e até fundamentalistas, opostos a todo avanço no relativo dos direitos das mulheres e das pessoas em geral, em particular em referência aos direitos sexuais e reprodutivos. Estes setores também põem em jogo o projeto político deles e fazem uso das regras da democracia para ganhar espaços. Assim, da democracia política não só são servidos ou beneficiados aqueles que desejam mais direitos para as mulheres, como também aqueles que desejam limitar estes direitos em nome de suas crenças e valores. A democracia é um cenário de luta pelos direitos das mulheres, não necessariamente um cenário de garantias para os mesmos.

• As desigualdades econômicas e sociais derivam em um impedimento para a participação no jogo democrático de uma importante proporção da população, onde desde logo as mulheres ocupam um espaço destacado. Não é possível pensar em uma construção feminista democrática que não articule o problema da discriminação de gênero com as diversas formas de discriminação vigentes na sociedade.

Construir uma democracia que não exclua às mulheres é uma tarefa que requer gerar instâncias e mecanismos para a ampliação da participação direta da cidadania em geral. Para as mulheres, estes processos podem facilitar o acesso ao terreno político e público e, além disso, ampliar o espectro de temas e interesses que são incluídos como assuntos fundamentais da democracia. Desde logo, a possibilidade de que através destes espaços e mecanismos sejam conquistadas mudanças para as mulheres está em direta relação com a incorporação de práticas renovadoras da política, com a valorização da diversidade e com a capacidade de confrontação das velhas idéias que mantêm a discriminação e a exclusão social.

A reforma da ONU
¿E as mulheres?*

Desde 1948, quando adotaram a Declaração Universal de Direitos Humanos, os estados integrantes da ONU se comprometeram a corrigir essa injustiça e a conquistar a igualdade entre homens e mulheres. Hoje em dia, 182 países já ratificaram a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, declarando que os direitos humanos e as liberdades fundamentais pertencem de maneira igual a mulheres e homens no terreno político, econômico, social, cultural, civil e em todos os outros. Mas ainda assim, para onde quer que se olhe incluindo as próprias Nações Unidas os homens sustentam o poder e vantagens sobre as mulheres. Mesmo que essa realidade agora é considerada como algo negativo e contraproducente, a maioria das instituições, governos, culturas e tradições modernas encontram-se presas em sua rotina, e continuam reforçando o lugar central e a superioridade masculinas. A condição marginal, inferior, das mulheres e seu potencial sem realizar constituem um castigo para a metade da população mundial, mas também nos debilitam a todos. (Extraído de "Uma ONU reformada precisa de uma agência dedicada às mulheres com todas as da lei", Stephem Lewis, enviado Especial da ONU para o VIH/SIDA na África, 25 de fevereiro de 2006).

Durante mais de 80 anos a relação das mulheres e as organizações internacionais quase não existe nos arquivos históricos nem é difundida por nenhum meio de imprensa. Desde antes da Carta das Nações Unidas aprovada em 1945, já na Liga das Nações as mulheres lutaram e participaram para incorporar reivindicações contra a discriminação, para promover o avanço legal e social das mulheres de todo o mundo. O movimento internacional de mulheres que participou na criação das Nações Unidas, estas "mães fundadoras", deveriam ter o crédito que merecem.

Anteriormente, em 1933 foi discutida na Sétima Conferência Internacional Americana o primeiro tratado do mundo sobre igualdade para a mulher, que somente foi assinado por Cuba, Equador, Paraguai e Uruguai. Por outro lado, foi adotada por todos os países a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher que permitia à mulher manter sua própria nacionalidade em caso de matrimônio com um homem de outra nacionalidade. Foi o primeiro instrumento internacional adotado no mundo relativo aos direitos da mulher. Esta Convenção foi decisiva e serviu de catalisador para que a Liga das Nações reconhecesse a existência e validade dos movimentos sobre direitos da mulher na região.

Na atualidade, graças às lutas e diplomacia das mulheres a nível global durante décadas, conseguiu-se incluir na agenda internacional muitas aspirações e propostas políticas que estão plasmadas em declarações, convenções e programas para o progresso das mulheres, as que vão mais além de legislações e políticas existentes em grande parte dos Estados membros da ONU.

Nos últimos anos, a Reforma da ONU é um tema permanente, que tem estado até agora centrado fundamentalmente na reforma do Conselho de Segurança. É o único tema da reforma respeito ao qual tem se reunido há dez anos um grupo assessor permanente da Assembléia Geral, o "grupo de trabalho de composição aberta" sobre a reforma do Conselho de Segurança.

As diferentes propostas de reforma e a polêmica política que estas levam consigo refletem visões, expectativas diferentes e avaliações dispares sobre a natureza dos problemas que vive a Organização. Os amplos grupos de opinião que são possíveis de identificar com respeito à reforma da ONU tem tido que tomar parte em duas grandes posições no debate: o Norte e o Sul. A polêmica é profunda porque as propostas relativas à reforma da ONU também integram a luta pela influência e o controle sobre a Organização.

E AS MULHERES?

No dia 16 de fevereiro de 2006, as Nações Unidas anunciaram a nomeação de um novo Painel de Alto Nível sobre a Coerência Inter-Sistemas da ONU nas áreas de desenvolvimento, a assistência humanitária e o meio-ambiente. Este painel, conformado por 12 homens e apenas 3 mulheres, tem a tarefa de recomendar mudanças à ONU em uma ampla gama de assuntos estruturais, operacionais e de políticas relacionadas com estas áreas. Os temas transversais de gênero e direitos das mulheres não tinham sido incluídos como responsabilidade do Painel até que grupos de mulheres, nacionais e internacionais, realizaram ações de lobby ante Kofi Annan.

"Vinte e sete anos depois de ser aprovada a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, agora ratificada por 180 governos; treze anos depois da Conferência Internacional de Direitos Humanos em Viena, onde estampamos o mantra "Os direitos das mulheres são direitos humanos"; onze anos depois da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, agora reafirmada duas vezes em intervalos de cinco anos; quase exatamente um mês depois de que pela primeira vez na história da África uma mulher assumisse como presidenta eleita (Ellen Johnson-Sirleaf, de Libéria); duas semanas antes da sessão que marcará o 50º aniversário da Comissão sobre a Condição Jurídica e Social da Mulher; e no mesmo ano em que a nova Presidenta de Chile ro
com todos os precedentes conhecidos ao ap
tar um gabinete com igualdade de gênero ex
sistema multilateral vomita um painel de alto
formado por quinze pessoas que deverão a
o novo desenho de todas aquelas áreas do si
das Nações Unidas que de maneira tão signif
se ocupam das vidas das mulheres, e apena
dos integrantes desse painel são mulheres"
phem Lewis)

Na atualidade, existem na ONU comissões e ag
que se ocupam exclusivamente de temas de mu
e que carecem dos recursos necessários para r
seu trabalho: UNIFEN (o Fundo de Desenvolvi
das Nações Unidas para a Mulher), DAW (a D
para o Avanço da Mulher), OSAGI (a Assesso
pecial do Secretário Geral em Questões de Gê
Avanço da Mulher) e o INSTRAW (Instituto Inter
nal de Investigações e Capacitação das Nações
das para a Promoção da Mulher).

No ano 2006 grupos e redes de mulheres
meçaram a atuar para mudar esta ausência no
cesso da reforma, o que por outro lado promo
uma discussão sobre as entidades de gênero
que existem dentro das Nações Unidas, seu
reduzido financiamento e sua posição dentro
da organização. UNIFEN, por exemplo, não te
sequer a categoria de agência, é um departamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e tem um orçamento e pessoal tão reduzidos que impossibilitam sua ação como agência de grande escala. É ilustrativo comparar esta situação com a da Organização Mundial de Turismo, que se converteu em agência especializada da ONU em 2003. "Com sede central própria em Madrid e mais de 90 lugares de trabalho, tem uma estrutura organizacional maior que a de qualquer das "entidades de gênero" oficiais, e um pessoal mais numeroso que OSAGI, INSTRAW e DAW combinadas" (Lewis).

A discussão e propostas das mulheres organizadas incluem temas polêmicos tais como a transversalização de gênero em todas as entidades das Nações Unidas, se isto significaria uma melhoria no que se refere aos direitos das mulheres ou não, a criação de uma nova Agência com financiamento adequado, que essa agência esteja baseada em UNIFEM ou não, que não exista Agência até que não estejam claras as regras de jogo, etc.

Pareceria então que não somente é preciso integrar a discussão no Painel de Alto Nível, mas sim é preciso mudar muitas mais coisas para poder falar de equidade. Neste relatório proporcionamos informação sobre diferentes posições de redes e organizações de mulheres de todo o mundo sobre o processo de reforma, informação oficial das Nações Unidas e diversos documentos que aportam análise.

A discussão e propostas das mulheres organizadas incluem temas polêmicos tais como a transversalização de gênero em todas as entidades das Nações Unidas.

Esta página também está aberta para aqueles que desejem enviar informação e que considerem que não está contemplada neste relatório.

A Articulação Feminista Marcosur (AFM) e a Rede de Educação Popular Entre Mulheres (REPEM) realiza-

* Artículo publicado na página web de CHOIKE; http://www.choike.org/nuevo/informes/5160.html

traducir tema central!!!

As mulheres no

Por Lilian Celiberti
Socióloga, integrante de la Articulación Feminista MARCOSUR, del Comité Internacioanl del FSM y de la Colectiva Periodística Cotidiano Mujer, Uruguay.

Em março, como já é tradicional, a agenda informativa reflete a situação das mulheres em cada país e no mundo. A violência de gênero, a discriminação trabalhista, a escassa representação das mulheres nos lugares de decisão aparecem como problemas destacados quando falamos das relações de gênero.

Entretanto, a mudança mais importante operada nas sociedades latino-americanas é uma nova mirada sobre a sociedade e as relações de poder entre homens e mulheres, produtoras de desigualdade social, econômica e cultural. Esta mudança, não se produziu espontaneamente e tem detrás muitas vozes e ações das mulheres para se constituírem como sujeitos políticos com possibilidade de intervir na agenda pública formulando suas demandas e necessidades, e também interpelando e questionando a "naturalização" de desigualdades e opressões.

O movimento de mulheres como sujeito político

Os encontros feministas latino-americanos e caribenhos dos anos 80 e 90 contribuíram na afirmação de uma identidade política feminista e na ampliação e multiplicação dos movimentos de mulheres na região. A partir dos anos 90, a relação com os estados e as estratégias para incidir nos processos democráticos se convertem em um eixo dos debates feministas.

A busca de estratégias de incidência levou a uma parte do movimento a se envolver diretamente nas dinâmicas das conferências internacionais em particular a IV Conferência sobre a mulher realizada em Beijing em 1995. Esta experiência contribuiu à definição de agendas, de enfoques e novas temáticas e à ampliação e diversidade do próprio movimento.

No processo em direção a IV Conferência de Nações Unidas em Beijing foram criados espaços de confluência que facilitaram um maior intercâmbio entre as redes temáticas, setoriais e de identidade mas, além disso, surgiu uma nova forma de organização: as coordenações nacionais e sub-regionais, que possibilitaram uma agenda regional que ia mais além da somatória de todas as agendas e habilitaram uma postura comum, um marco político e uma estratégia capaz de influir na agenda global.

Depois da Conferência de 1995, a dinâmica principal de trabalho se trasladou aos cenários nacionais como espaços de verificação dos possíveis avanços e conquistas legislativos, institucionais e políticos. O campo de ação dos movimentos de mulheres se dirigiu a incidir na implantação dos compromissos do Plano de ação Mundial (PAM) para o avanço da mulher no nível dos estados nacionais. Em quase todos os países foram aprovadas novas leis, em particular para prevenir e sancionar a violência doméstica, políticas de ação afirmativa para diminuir a brecha de participação política em cargos de representação e foram criados ou fortalecidos os mecanismos estatais para o avanço das mulheres.

O alcance e significado das estratégias em direção aos estados nacionais se convertem em um tema de debate e controvérsia que expressa de alguma forma o descontento e as frustrações dos movimentos de mulheres ante a impermeabilidade das políticas estatais para cambiar as relações de gênero. As interrogantes que se abrem desta relação com os estados interpelam a relação com as debilidades democráticas das sociedades latino-americanas. Que lugar devem ocupar os esforços por institucionalizar as políticas de eqüidade de gênero em contextos de aumento das exclusões e desigualdades sociais?

As conquistas, ainda sendo importantes, pareciam magras frente aos desafios de incorporar ao debate democrático a equidade de gênero como eixo da democracia. Cada um dos países e a região como um todo enfrenta mudanças substanciais.

Se bem cresce nos discursos uma retórica de equidade de gênero, os processos de exclusão social que aumentam as desigualdades de gênero.

As políticas macroeconômicas, os acordos comerciais, as dimensões sociais da integração, o impacto das políticas de ajuste passam a ser temas eixos dos debates, seminários e criação de novas articulações.

A ação em direção aos estados nacionais coloca na agenda, a integração regional no marco da globalização e a constituição de blocos comerciais. Se bem cresce nos discursos uma retórica de equidade de gênero, os processos de exclusão social que aumentam as desigualdades de gênero se acentuam.

Nesse contexto, a luta pelos direitos das mulheres requer uma visão estratégica de futuro, na qual a autonomia das agendas feministas não estaria definida somente pela defesa do discurso e o espaço próprio, mas sim pela articulação dessa agenda com as dinâmicas democráticas das sociedades, pela construção de sociedades cíveis que contemplem espaços contestatórios e alternativos de pensamento e ação, capazes de processar não só o possível como também o desejável. (Olea e Vargas 2000, p. 75). Esta vinculação da luta feminista com as lutas democráticas nunca deixou de ser importante;

processo de integração regional

entretanto adquire um novo giro em quanto à dedicação de esforços organizativos e produção de conhecimentos.

Os anos dedicados a monitorar aos estados, a realizar "advocacy" em relação a diferentes temáticas, a ocupar espaços públicos e a especializar agendas e propostas, criaram uma bagagem importante de experiências e debates que colocam ao movimento de mulheres como um movimento que muda permanentemente com uma especial ductilidade para assumir novos desafios e com um conjunto de ferramentas articuladas para a pressão política, a negociação e o lobby.

A região como espaço de articulação e ação política

As aprendizagens e as agendas manejadas nos últimos anos mostram um processo de maduração e enriquecimento das organizações feministas e de mulheres consolidando espaços regionais de interação e elaboração de estratégias de incidência tanto no plano organizativo como para a conformação de agendas políticas e de análise. Entre elas podemos mencionar a Comissão de mulheres da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, mais recentemente a Rede de Gênero e Comércio, a Articulação Feminista Marcosur, a Marcha Mundial de mulheres, o Comitê Latino-americano de Defesa dos direitos da mulher CLADEM.

Desde a constituição do Mercosul, as ONG feministas vinculadas à análise da temática de emprego das mulheres, as sindicalistas e UNIFEM e FLACSO desenvolveram esforços para introduzir a consideração da dimensão de Gênero no processo de integração. As iniciativas nesse momento foram dirigidas ao Subgrupo 11, dedicado às relações trabalhistas, emprego e previsão social. Ao avaliar os esforços realizados, FLACSO e UNIFEM, constataram o relativo desconhecimento e alienação por parte das organizações de mulheres respeito ao Mercosul e decidiram implantar um foro de informação e sensibilização para incrementar a participação das mulheres.

Em 1995, e prévio à IV Conferência de Nações Unidas (31 de julho - 2 de agosto), se realiza na sede do PARLATINO em São Paulo, o primeiro seminário de análise das mulheres no Mercosul. Desta iniciativa e outras, realizadas nesse período surge na institucionalização do Mercosul a Reunião Especializada da mulher (REM). Também no marco da IV Conferência da ONU, a Coordenarão Regional de ONG da América Latina e o Caribe, promove a realização de um painel sobre "os processos de Integração regional e seu impacto nas mulheres".

Márcia Rivera propõe então, três dimensões a abordar em relação a os processos de integração regional:

1. Uma que afeta particularmente às mulheres tem que ver com os movimentos territoriais da população e em particular a constituição de mercados de empregadas domésticas assalariadas. Sem "livre circulação de pessoas" existem países "exportadores" de trabalhadoras domésticas como Paraguai e Bolívia para a Argentina; República Dominicana a Porto Rico; o Salvador a EEUU, entre outros tráficos. Também existe tráfico na prostituição que requer ser estudado com maior profundidade.

2. As interrogantes abertas pelos novos padrões de consumo e o impacto cultural dos processos de integração poderão fortalecer processos para uma integração com desenvolvimento humano, eqüitativo e sustentável?

3. Necessidade de abrir uma reflexão específica sobre os processos políticos e a inserção das mulheres. "A integração irá requerer a concepção de novas formas de representação; parlamentos regionais ou sub-regionais, comissões especializadas, etc.- onde seria imprescindível que o movimento de mulheres tomara a liderança. Para isso, precisamos trabalhar arduamente em uma via dupla: definindo possíveis vias de reconstrução do terreno da política a fim de garantir uma adequada representação das mulheres, e trabalhar com as mulheres para fazê-las se interessarem e se capacitarem no trabalho político a nível regional, que tem evidentemente uma lógica e requerimentos bastante diferentes para os quais é preciso se preparar".

uma bagagem importante de experiências e debates que colocam ao movimento de mulheres como um movimento que muda permanentemente com uma especial ductilidade para assumir novos desafios e com um conjunto de ferramentas articuladas para a pressão política, a negociação e o lobby.

Para o movimento de mulheres, não tem sido fácil inserir-se no processo de negociação do Mercosul,

Esses três eixos de trabalho, propostos em 1995, não encontraram um impulso de continuidade, nem na institucionalização de Gênero do Mercosul (sempre marginal respeito ao rumo geral da integração) nem no movimento de mulheres que depois da Conferência de Beijing dedicou esforços a promover as agendas nacionais para a implantação da Plataforma de ação surgida da IV Conferência da mulher da ONU.

A dificuldade de inserção do Mercosul na agenda das mulheres se deve, entre outros fatores, a que o processo de integração regional se centrou em uma agenda comercial que, no melhor dos casos, foi permeável aos lobbies de setores econômicos exportadores, enquanto que para a cidadania em geral é um processo pouco beneficente a seus interesses, e escassamente transparente em seus procedimentos. A agenda social recém começa a estar presente no discurso institucional do Mercosul no ano 2004.

Na verdade, o programa de trabalho do Mercosul 2004-2006 recupera na agenda da integração um espectro temático que tira o eixo de ação do exclusivamente comercial, dando centralidade a outras questões. O documento se divide em quatro partes: Mercosul econômico-comercial, Mercosul social, Mercosul institucional e nova agenda de integração.

Na primeira parte, destacam-se as medidas tendentes a aperfeiçoar a zona de livre comércio e a união fronteiriça (exemplo: eliminação do duplo cobro do imposto externo comum, eliminação de regimes especiais de importação nacionais, etc.), promover a integração produtiva, diminuir progressivamente o uso de incentivos que geram distorções na designação dos recursos e as condições da concorrência, melhorar a competitividade dos sócios menores e das regiões menos desenvolvidas e aperfeiçoar a coordenação em negociações externas conjuntas.

Na segunda parte é proposta, entre outras coisas, impulsionar a ampliação da participação da sociedade civil e a visibilidade cultural do processo de integração e estabelecer medidas que favoreçam a livre circulação das pessoas.

Na terceira parte se impulsiona o estabelecimento do Parlamento do Mercosul, a regulamentação do Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias no bloco, o fortalecimento da participação do sector privado, a transformação da Secretaria do Mercosul em Secretaria Técnica e a subscrição de um instrumento que estabeleça um procedimento para a vigência imediata da normativa Mercosul que não requeira aprovação parlamentaria.

Finalmente, na nova agenda se destacam a cooperação em ciência e tecnologia e a integração física e energética.

Desta proposta, já se avançou na criação do Parlamento do Mercosul instalado em forma de foro em dezembro de 2006 e com a realização do primeiro Encontro Social do Mercosul realizado em Brasília no dias 13 e 5 de dezembro também do ano 2006. (Ver mais informação em www.somosmercosur.org)

Faz sentido impulsionar a integração regional?

É legítimo falar de cidadania em relação a um processo sociopolítico de integração eminentemente econômico e que parece estar em crise permanente? Faz sentido disputar e impulsionar "outro" Mercosul, distinto ao "realmente existente"?

O Mercosul institucional, suas reuniões, estrutura, conflitos, negociações são um campo específico seguido por um conjunto limitado de atores comprometidos, entretanto, como expressa Jelín, o Mercosul começa a funcionar como uma nova moldura ou marco para as atividades - diálogos, intercâmbios, encontros e conflitos - entre diversos atores e agentes sociais. (Jelín 2000, p 260)

Esse "marco" habilita numerosos intercâmbios, estabelece uma rica gama de produções e análise, e faz que as mesmas temáticas adquiram um caráter regional mais além de sua possível inserção institucional.

Existe uma visão compartida por parte dos atores de que o processo Mercosul tem sérios déficits - sociais, democráticos, e de participação. O problema não radica exclusivamente em como ampliar a participação de diversos atores em os espaços institucionais do Mercosul, mas sim de que forma gerar uma agenda social da integração.

O MERCOSUL começa a funcionar como uma nova moldura ou marco para as atividades -diálogos, intercâmbios, encontros e conflitos - entre diversos atores e agentes sociais.

O principal desafio é então, como ampliar em direção as sociedades os debates sobre a integração e, ao mesmo tempo, denunciar a violação de direitos ou os impactos negativos das políticas sobre os direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais.

A busca de novos modelos de desenvolvimento é inseparável do debate e da criação de condições para novos acordos de convivência cidadã.

Para o movimento de mulheres, não tem sido fácil inserir-se no processo de negociação do Mercosul, mesmo já tendo produzido inumeráveis intercâmbios, debates, seminários e estudos, que tem aportado elementos de reflexão e análise sobre as relações de gênero nos países do bloco. Como destaca Espino "o seguimento da situação das mulheres deveria perguntar a si mesmo sobre a evolução no marco da integração regional de um conjunto de aspectos tais como: o controle sobre os meios de produção; o acesso ao crédito e a tecnologia; os direitos de propriedade da terra e as relações de propriedade; os ingressos e o controle dos gastos; a pobreza feminina; intimidação e violência no lar e no trabalho; o acesso à infra-estrutura; a saúde; é status da mulher no lar, no trabalho e na comunidade; a auto-estima das mulheres e processos de autonomia" (A. Espino 2000 pág. 13).

O Mercosul institucional continua sendo um espaço estreito para a incorporação destas agendas. Entretanto, parece um momento propício para articular as lutas contra os tratados de livre comércio, a expansão do agro-negócio, o acesso à água como um direito, a luta contra as patentes, as políticas ativas para a promoção do emprego digno, os direitos sexuais e reprodutivos e as lutas contra o racismo.

O contexto regional mostra no momento atual, um cenário de disputas e conflitos que leva ao primeiro plano da agenda política o debate sobre os modelos de desenvolvimento e o processo de Integração regional.

As mudanças nas elites políticas governamentais os países do bloco têm gerado expectativas nas sociedades para a busca de novos processos de integração econômica, e social, baseada em políticas de redistribuição, revalorização do rol do Estado e uma nova geração de políticas sociais. Entretanto e mais além das diferencias entre eles, até agora, não tem encontrado um novo modelo de articulação entre Estado, Sociedade e Mercado.

A integração regional encontra-se numa encruzilhada de caminhos, dar um signo diferente que aprofunde o processo supõe enfrentar interesses econômicos contrapostos. Este contexto abrirá nos próximos anos, novos campos de ação política para as organizações e movimentos sociais da região recolocando em debate as alternativas para o desenvolvimento sustentável, a matriz energética e um novo significado para a integração regional e a democracia.

Referencias bibliográficas

* Azar Paola, Celiberti Lílian, Espino Alma: a agenda de gênero no Mercosul COMISEC. Uruguai 2004.
* Caetano, G. e Vaillant, M., 2004: Qual Mercosul o Uruguai o precisa? Qual Uruguai o Mercosul precisa? Notas para entender requerimentos recíprocos. Série Análise e Propostas, Fundação Friedrich Ebert, Uruguai (FESUR).
* Cotidiano mulher, 2002: Mundos paralelos. Agenda de gênero e movimentos sociais na Argentina, Chile e Uruguai. Programa Mulher e Democracia no Mercosul. Isis, Memch, Instituto da Mulher, CECYM, REPEM.
* Espino, A. 1999: O que é o Mercosul? Em "Reestruturação política e transformação social". Memória do Seminário Internacional DAWN, REPEM..* Padrón, A; Rodríguez, J.M., 1993: MERCOSUR desde la perspectiva de los trabajadores, FESUR.
* Jelin, E., 2002: Ciudadanía, movimientos sociales y Mercosur, CONICET_UBA_IDES.
* Riv América Latina y el Caribe. Flora Tristán Perú.
* Valdez T., 2003: El MERCOSUR y el movimiento de mujeres: ¿un espacio para la ampliación de ciudadanía? En Más allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales. Libros del Zorzal, Buenos Aires.
* Vargas Valente, V., 2002 "Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio. (Una lectura político personal)". En: Daniel Mato (coord.): Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela.
* Vogel Arno, Nascimento Edson Organizadores, 1999: Mujer y MERCOSUR. Volumen I y II, FLACSO/BID.

A campanha argentina pela descriminalização e legalização do aborto

• Por Mabel Gabarra
Indeso Mulher-Rosario
Integrante Campanha Nacional pelo
Direito ao aborto legal, seguro e gratuito.

Decidida por mais de 20.000 mulheres reunidas no XIX encontro Nacional realizado em Mendoza em 2004 e implantada desde o dia 28 de Maio até o dia 25 de Novembro de 2005 e de maio a setembro de 2006, a "Campanha Nacional pelo Direito ao aborto legal, seguro e gratuito", continua este ano em sua terceira etapa. Esta campanha tem conseguido impactar na sociedade argentina, constituindo-se num referente nacional da luta pela legalização do aborto.

O documento de lançamento da mesma, subscrito por mais de 70 organizações de mulheres, expressa os objetivos e fundamentos da mesma:

1) descriminalizar e legalizar o aborto para que as mulheres que decidam interromper uma gravidez tenham atenção segura e gratuita em todos os hospitais públicos e obras sociais de todo o país

2) o cumprimento da Resolução ministerial sobre atenção humanizada pós-aborto e a efetiva atenção dos abortos legais, aqueles que enquadrem no artículo 86 do Código Penal Argentino: quer dizer, quando existe risco para a vida ou a saúde da mãe, ou estupro de uma mulher deficiente mental ou demente.

A Campanha propõe descriminalizar o aborto, quer dizer, que deixe de ser um delito tipificado pelo Código Penal, que somente deve se ocupar daqueles casos em que o mesmo é realizado contra a vontade da mulher e legalizar o aborto, o que significa desenhar e executar políticas públicas para que possa ser realizado em hospitais públicos e obras sociais de maneira segura e gratuita para aqueles que não possuem outra cobertura de saúde, como parte das diversas prestações que devem garantir o direito à saúde integral das mulheres.

A legalização do aborto não obriga que nenhuma mulher o pratique. Mas sim, exige ao Estado que garanta as opções, o acompanhamento e a qualidade de atenção a mulheres e crianças que atravessem essas decisões.

A Campanha argentina considera que a descriminalização e legalização do aborto constituem:

1) uma reivindicação de justiça social, porque tende a evitar que em países como os nossos onde a brecha entre ricos e pobres marca uma desigualdade social importante, e a pobreza alcança a uma alta porcentagem da população, são as mulheres desses sectores sociais aquelas que sofrem as conseqüências da penalização, e as que morrem por abortos clandestinos. As mulheres que possuem recursos acedem a clínicas privadas e realizam a prática sem riscos.

2) uma questão de saúde pública. Conforme o Indec (Instituto Nacional de Estatísticas e Censos), em nosso país, 37 % das gravidezes termina em um aborto, desses 37, ao redor de 15% corresponde a mulheres entre 15 a 19 anos. As práticas clandestinas que realizam as mulheres mais pobres têm em muitos casos graves seqüelas para a saúde delas e risco de vida. Isto poderia ser evitado se o Estado garantisse serviços seguros e eficazes. O risco da prática de interrupção da gravidez não é maior ao de qualquer intervenção cirúrgica menor, mas está relacionado com a forma que se realiza: se é realizado por profissionais idôneos, em lugares adequados ou, ao contrario, com elementos caseiros, em qualquer lugar e por pessoas não capacitadas.

A clandestinidade do aborto não impede sua realização, ao contrário, só aumenta os riscos de vida e de saúde. Sua penalização não conseguiu, até o momento, reduzir nem evitá-los. Ao contrário, o número de abortos aumenta cada dia especialmente em meninas de 11 a 15 anos, e as que morrem por infecções são aquelas que não podem pagar uma prática segura. Todas as mulheres devem ter igualdade de oportunidades de exercer seu direito a decidir, sem risco para sua vida ou sua saúde, e não só aquelas que contam com recursos econômicos.

> A Campanha reafirma também que o direito das mulheres ao aborto legal, seguro e gratuito integra os direitos sexuais e reprodutivos os que são parte substancial, interdependente e indivisível dos direitos humanos.

3) uma ampliação da democracia em nossas sociedades, que continuam sendo profundamente patriarcais, e onde as mulheres, pese a constituir mais da metade da população, continuam morando em condições de subordinação. Em muitos casos as gravidezes são produtos de estupros, abusos e violências praticadas dentro ou fora de casa. Garantir que essas mulheres não sejam re-vitimizadas com uma maternidade forçada, é reconhecer sua qualidade de sujeito de direito e sua dignidade como pessoa.

4) a reafirmação da necessidade de um estado laico. As diretivas das igrejas não podem nem devem ser colocadas acima do direito a decidir das pessoas, inclusive quando essas decisões se vinculam à sexualidade ou reprodução humana. É necessário um Estado que não imponha regras desde uma teologia moral e sim, desde a Constituição e as leis, e que garanta para todos e todas, independentemente das crenças religiosas, um sistema de respeito pelas diversidades, o pluralismo ideológico e religioso, o exercício da liberdade de consciência e o direito a tomar decisões livres e responsáveis.

A Campanha reafirma também que o direito das mulheres ao aborto legal, seguro e gratuito integra os direitos sexuais e reprodutivos os que são parte substancial, interdependente e indivisível dos direitos humanos, por tanto, exige o mesmo grau de garantias por parte do estado, para que se efetivem de forma simultânea com os demais direitos humanos: cíveis, políticos, culturais, econômicos e sociais.

O lema da campanha é integral: educação sexual para decidir, anticoncepcionais para não abortar e aborto legal para não morrer.

Tem sido legitimada com a adesão de mais de 250 organizações sociais, acadêmicas, sindicais, de piquete, comunitárias e tem conseguido até agora instalar o debate, promover políticas publicas de atenção mais dignas das mulheres em situação de pós-aborto, aumentar o consenso social sobre a necessidade de uma mudança na legislação, e mobilizar pela efetiva atenção dos casos de aborto não punível.

ENTREVISTA

Por Francisca Acevedo
Jornalista, da ONG ECO e da LT de Comunicação do PMSS - Chile.

"Meli Domo" mulheres que querem ser história

A ONG Ekosol trabalha com a comunidade de Achupallas em diversas iniciativas culturais formando em identidade popular e recuperação da memória histórica. Nesse espaço é onde nasce o coletivo Meli Domo - quatro mulheres em mapugundun-, que entre conversas e diálogos, dão vida a histórias de mulheres com a finalidade de melhorar a auto-estima e a valorização da mulher habitante desse lugar. Para conhecer sobre este grupo, sua história e trabalho político, entrevistamos a dois de seus integrantes Pamela Iturrieta e Alejandro Pérez.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Aqueles que integram Meli Domo, moram na localidade de Achupallas, uma zona rural localizada no alto da cidade de Viña del Mar, na Região de Valparaíso, Chile. Conforme dados oficiais seus habitantes somam ao redor de 34.700 homens e mulheres, que entre montes e vales, constroem histórias e depoimentos de trabalho. A história das distintas populações que albergam os montes de Achupallas, começam com lugares nas beiras dos montes ocupados ou tomados por famílias de parentes e grupos, que não encontravam nos sectores próximos à cidade de Viña del Mar um lugar onde estabelecer sua saída. Assim nasce Meli Domo.

Como ocorre a formação de Meli Domo?

O Meli Domo historicamente é formado, quando quatro mulheres se reúnem em Ekosol e decidem se organizar. Uma das que apóia esse processo é Cecília Salazar, psicóloga de Ekosol naqueles tempos, estamos falando de 2004. Pamela Iturrieta, Ximena Alvarado e Paola Meneses se somaram a ela, as três, moradoras de Achupallas. No ano seguinte se incorporaram: Érika Órdenes e Alejandro Pérez, primeiro homem, e único até agora.

O que tinham em comum estas mulheres?

Naquele então compartiam uma dor comum. A inquietude inicial foi, se identificar em primeiro lugar como mulheres, mulheres com história, como sujeitas de história, com papéis já instalados e outros por assumir. Logo, esta oficina tem a pretensão de colocar a vista a mulher moradora de Achupallas como sujeito de história, com direitos e reivindicações associadas às problemáticas das mulheres. Meli Domo aborda nesse então, temáticas como a violência e o maltrato, principalmente. Neste contexto, é pretendido e transformar – mudar - a hegemonia masculina, mas não em uma dialética de confrontação – como pensávamos no início-, mas sim de co-participação ativa pela mudança entre homens e mulheres.

CONQUISTAS E NOVOS PROJETOS

Vocês começaram se reunindo para realizar uma oficina, que frutos conquistaram?

O Meli Domo se forma como uma oficina de história de mulheres com perspectiva de gênero, uma oficina de histórias de vida, com reflexões e debate sobre a perspectiva do gênero. A idéia se desenvolveu e no último tempo, apontava na direção de formar um Instituto de Gênero dentro de Ekosol, no qual Meli Domo fosse a oficina de História. Também, como oficina, realizamos uma publicação que reunia uma seleção de depoimentos, relatos e criações das mulheres (incluindo colaborações do David e o Mario Vega). Essa publicação foi "Werkum Nutram", no qual sua impressão, as capas e encadernação foram elaboradas totalmente com nossas mãos. Por outra parte, realizamos um seminário de Gênero onde foram misturados os trabalhos práticos com o desenvolvimento acadêmico teórico, gerando debates e construindo novos sentidos.

Onde está hoje o coletivo Meli Domo?

Agora, estamos reorganizando o grupo. Provavelmente reassumamos a postura ideológica inicial. A verdade é que é algo que atualmente devemos discutir, analisar e chegar a um acordo com os e as novas integrantes. Devemos tê-lo presente quando visualizemos as atividades que pretendamos impulsionar e baixo que selo ideológico seriam realizadas, o que acreditamos é o primordial a ser definido. Com certeza sim, o que seja que façamos será mais elementar, mais próximo à práxis que à teoria pura.

Que projetos vocês têm para este ano?

Meli Domo se projeta mais bem no trabalho com moradores e moradoras realizando oficinas de promoção da perspectiva de gênero (mistos). Além de capacitações, nivelações de estudos, e uma linha de investigação relativa ao gênero e a história no setor. Para este ano, temos pensado seguir com oficinas, incorporando uma de sexualidade. Mas eventos como o seminário de Gênero não, precisamos formar uma boa equipe capaz de organizar esse tipo de atividades.

MELI DOMO E SUA COMUNIDADE OLHANDO O CHILE E AMÉRICA LATINA

Como relacionam a mulher com o poder?

A mulher é poder, mas não se percebe. O poder propriamente tal é uma coisa discutível. Mas na prática, não devemos confundir o poder com a capacidade de manipulação que a mulher tem desenvolvido desde a sombra, desde o invisível, para exercer influências, mas não é assim a forma em que se administra o poder (como força de mudança social profunda).

No Chile atualmente governa uma mulher, existem mudanças?

Uma mulher presidenta do país. Uma mulher em um rol histórico de homens, é uma possibilidade de que se expresse a mulher que há em Michelle, mas parece que esta dama se assemelha mais ao paradigma do masculino. Ocasionalmente, e apenas ocasionalmente, aparece a mulher que preside A Moeda.

E o que acontece com a integração das mulheres na América Latina?

A integração. Pensemos nas mulheres do altiplano, da selva do Amazonas, do deserto do Chaco. No Chile, as mulheres desmatando montes através dos Programas de Geração de Emprego do governo, estão integradas, por exemplo a um mundo trabalhista propriamente tal? Não existe tal integração a exceção em uma porcentagem muito reduzida.

El movimiento de mujeres
como sujeto político de cambio

• Por Olimpia Figueiredo
Jornalista, da ONG CENTRAC e da LT de Comunicação do PMSS - Brasil.

O movimento de mulheres no Brasil, as principais lutas do feminismo e quais estratégias podem viabilizar uma mudança cultural sobre o papel da mulher na sociedade e os seus direitos, foram algumas interrogantes para Silvia Camurça, socióloga e educadora popular, integrante da equipe do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, em Pernambuco, e Secretaria Executiva da Colegiada da Articulação de Mulheres Brasileiras.

Como nasce o movimento de mulheres no Brasil?

O movimento de mulheres é bastante amplo e tem diferentes momentos de nascimento, em geral coincidindo com momentos de efervescência das lutas sociais. Os anos 70 marcam sem duvida um momento de forte organização sindical das mulheres, e marcam o nascimento do Movimento Feminino pela Anistia. Os anos 80, especialmente no final da década, marcam o surgimento de muitos movimentos de mulheres rurais e a articulação da movimentação das mulheres em defesa da igualdade, da liberdade sexual, da autonomia sobre a reprodução. Nos anos 90 foi o período de emergência e fortalecimento dos movimentos de mulheres negras. Diria que a auto-organização das mulheres se faz sempre que um conjunto de militantes percebe a necessidade de enfrentar na luta política a questão da discriminação das mulheres e as questões da desigualdade que estruturam nossa sociedade. Há um permanente nascer de movimentos de mulheres no Brasil, alguns de caráter local, outros regionais e no plano nacional também.

Quais as principais lutas do feminismo no Brasil?

A Plataforma Política Feminista dá uma visão da agenda contemporânea que o movimento definiu, destaco apenas alguns de seus elementos. A luta por justiça social e democratização do Estado é uma delas. Isto se faz pela luta social dos fóruns, redes e movimentos de mulheres e da participação das mulheres em muitos movimentos sociais, urbanos e rurais. Trata-se da luta por mudanças nas políticas públicas, englobando as políticas sociais e, mais recentemente, as políticas da área econômica e de desenvolvimento. Mas há também a luta por liberdade e autonomia para as mulheres, luta permanente e que se mantém na agenda, entre elas o direito a auto-determinação reprodutiva (ter ou não filhos, interromper gravidez) e a autonomia econômica, pois as mulheres seguem sendo empurradas para os setores do mercado de trabalho que tem as piores remunerações, desproteção social, e há ainda muito bloqueios pelo acesso que as mulheres não tem aos meios de produção, incluindo as lutas pelo direito a terra.

Que estratégias podem viabilizar uma mudança cultural sobre o papel da mulher na sociedade e os seus direitos?

As mudanças culturais se fazem em profunda relação com mudanças econômicas, políticas e sociais. Que mudanças podemos esperar na sociedade de consumo, que mercantiliza mais e mais os corpos das mulheres? Que direitos esperar num contexto de hegemonia da política neoliberal nos governos, onde a noção de direitos se esvai? È preciso por isto articular todas as lutas pró transformação, atuando na sociedade para transformá-la, apontando as contradições de nossa sociedade tão injusta e desigual. Na luta feminista as mulheres transformam a si mesmas, às suas vidas, sua comunidade e o próprio mundo e atuam sobre a cultura política. Neste momento a tarefa do feminismo em termos culturais está necessariamente no enfrentamento da cultura política conservadora, neoliberal, individualista que grassa na sociedade Brasileira.

De que forma o modelo de organização e participação democrática de fóruns e redes, (como a Articulação de Mulheres Brasileiras e da Articulação Feminista Marcosur) podem representar uma alternativa concreta ao modelo social dominante?

Não me parece que a forma organizativa de um movimento se preste a ser modelo para a estruturação de uma sociedade, pode no máximo ser objeto permanente de avaliação e aprimoramento. E deve ser, pois necessitamos de muita democracia também no meio dos movimentos sociais. Só com mulheres e homens democráticos construiremos movimentos democráticos capazes de produzir mais democracia, social, política e econômica.

Quais as principais desafios para o feminismo nos últimos anos e quais as principais conquistas?

No 8 de março afirmei que a principal conquista do movimento foi a legitimidade do próprio movimento como sujeito político de transformação social e a legitimidade cada vez maior que as mulheres conferem ao seu direito de ser livre.

"Neste momento a tarefa do feminismo em termos culturais está necessariamente no enfrentamento da cultura política conservadora, neoliberal, individualista que grassa na sociedade Brasileira".

Campanhas Nacionais no PMSS

Distribuição da riqueza; Pela liderança dos povos; Construímos com o povo; Pelo direito humano à alimentação e Mais direitos menos desigualdades são as campanhas realizadas nos cinco países membros do Programa Mercosul Social e Solidário, todas elas pretendem ser uma iniciativa que envolva estratégias de comunicação, educação e mobilização dirigidas à cidadania em geral.

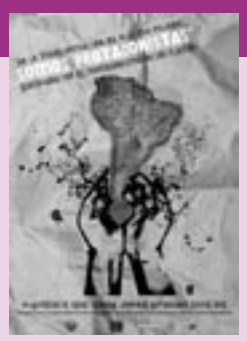
Distribuição da Riqueza: Desafio para a Argentina / Desafio para as organizações sociais

Na segunda metade do ano 2006, as organizações da Mesa Argentina do Programa Mercosul Social e Solidário, nucleadas na rede Amuyen, lançaram a campanha nacional Distribuição da Riqueza: Desafio para a Argentina/ Desafio para as organizações sociais. O objetivo da campanha é instalar o tema da distribuição da riqueza e brindar informação básica sobre suas dimensões e aspectos, suas implicâncias e desafios, as dinâmicas com que implica aos diversos atores sociais e políticos, os processos e problemáticas que estão atravessados ou que têm como transfundo o problema distributivo.

A segunda fase da campanha propõe aprofundar os processos de comunicação e formação, gerar instâncias de visibilidade pública e enfatizar na difusão em meios de comunicação locais e nacionais.

www.espacioamuyen.org.ar/distribucion

Campanha pela liderança dos povos. Na transformação de nosso mundo somos protagonistas, em Chile.



A participação ativa das organizações sociais na transformação de suas realidades foi o eixo central da "Campanha pelo participação ativa dos povos", desenvolvida durante o ano 2006 e que considerou para sua implementação, duas fases de viabilização e incidência.

A primeira etapa recolheu experiências concretas de participação social na construção de espaços e dinâmicas transformadoras. Estas foram plasmadas em uma produção radiofônica que, através de 15 micro programas e três apoios, foram difundidas por rádios comunitárias ao longo do Chile. Assim geraram, mais além da mera saída ao ar, uma ferramenta de debate e de reconhecimento de novas práticas nas localidades em que foram reproduzidas.

A segunda etapa foi posta ênfase na necessidade de se envolver na construção de um novo modelo de desenvolvimento, sob a frase Envolver-se faz sentido. Para isso foi dado privilégio ao uso de ferramentas de maior alcanço como meios de imprensa de circulação nacional, também material gráfico como cartazes, folhetos de 4 caras e placas.

http://www.eco-educacionycomunicaciones.cl/pmss/

Construímos com o povo é a aposta do Uruguai

Uma campanha nos meios de comunicação com o lema i "O Mercosul é construído pelo povo" e o objetivo de dar a conhecer as conquistas do PMSS foi desenvolvida no Uruguai.

Entre las herramientas utilizadas, para hacer conocer las organizaciones sociales vinculadas, las propuestas y temas prioritarios, se envió a 450 referentes del ámbito político, religioso y social, folletos y afiches con información sobre el trabajo realizado desde el PMSS en Uruguay, junto a una carta la Declaración de Rosario, fruto del Encuentro Regional de octubre de 2006.

Dessa mesma forma, foi feita durante uma Colatina nas ruas das três cidades com um cartaz alusivo, e repartido um suplemento de quatro páginas anexado no matutino La Diaria, uma campanha radial com cinco depoimentos do povo que participa nas organizações sociais e foram colocados avisos em dois jornais, um ao finalizar o Encontro Social de Brasília e outro logo da instauração do Parlamento do Mercosul.

Direito Humano à Alimentação: novos rumos para 2007 no Brasil

A Campanha Nacional "Direito Humano à Alimentação" foi lançada no Brasil, os objetivos são: Sensibilizar a população para o problema da insegurança alimentar e nutricional e para o direito humano a uma alimentação adequada; Contribuir com o processo de formação das lideranças comunitárias, sindicais e populares sobre soberania e segurança alimentar e nutricional; Contribuir para dar visibilidade às experiências existentes no país, que promovem a segurança alimentar; Contribuir para fortalecer redes e articulações relacionadas ao direito humano à alimentação e à soberania e segurança alimentar e nutricional; e por último, Reforçar o debate sobre a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) a partir da aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN.

A campanha "Direito Humano à Alimentação" dedicou a sua primeira fase a três pontos fundamentais: ao aprofundamento no tema da Segurança Alimentar junto às Organizações Sociais, à atividades de formação junto à professores do ensino fundamental focalizando o trabalho com as crianças, e ao trabalho de articulação com outras importantes redes como a Articulação do Semi-Árido, o Pólo Sindical do Compartimento da Borborema, Via Campesina do Estado da Paraíba e fóruns municipais, estaduais e nacionais, de segurança alimentar e economia solidária, conselhos de política pública de segurança alimentar (Consea's), o Instituto de Brasileiro de Análises Socieconômicas – IBASE, que discutem a temática da soberania e segurança alimentar e diversas outras Ong's e entidades que vêem se aglutinando em torno da campanha.

O PMSS pede mais direitos. Menos desigualdades - Paraguai

Mais direitos, menos desigualdades é o nome da campanha nacional de comunicação e educação no Paraguai. A campanha trabalha três eixos temáticos que são reforma agrária integral, soberania dos recursos energéticos e educação. Cada eixo abarca subitens que apontam a ver a realidade que vivem os povos e a pensar e construir em forma coletiva alternativas de mudança social e política para incidir nas políticas públicas e, desta forma, alcançar o desenvolvimento e a plena vigência dos direitos humanos em nosso país.

No marco da campanha foram desenvolvidas oficinas com as organizações sociais, mobilizações, além de participar em espaços de intercâmbio para conhecer a problemática dos diferentes setores a nível país e também das atividades que são realizadas nos demais países que formam parte do PMSS.

Materiais educativos e comunicacionais, incluindo panfletos, cartazes, adesivos e materiais grupais e de áudio são outros componentes da campanha que apontam a propiciar o debate e a análise sobre os eixos temáticos, desde as organizações sociais.